



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
F/s. 059
[Handwritten signature]

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2020

Contrato Administrativo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CARVALHOS e a Empresa AGIT SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., nos termos do Processo nº 003/2020, Dispensa de Licitação nº 003/2020.

Por este instrumento particular de contrato administrativo, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CARVALHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.194.217/0001-45, com sede na Avenida Esdras Thomaz Salvador, nº 295, Bairro Centro, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Antônio de Pádua de Carvalho Moura, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 731.955, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.302.086-72, residente e domiciliado na Rua Dr. Ulisses Fabiano Alves, nº 11, Bairro Centro, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **AGIT SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.774.904/0001-86, com sede na Rua Antônio Simão Mauad, nº 149, Bairro Centro, na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-180, neste ato representada pelo Sócio Fábio Carvalho de Castro, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M-9.211.281, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.239.686-60, residente e domiciliado na Rua Antônio Simão Mauad, nº 192, apto. 1002, Bairro Centro, CEP 37.500-180, na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, doravante denominada **CONTRATADA**, fica justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que será pelas partes cumprido, conforme as cláusulas abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - Dos Fundamentos Legais

1.1 - O presente instrumento de contrato administrativo é regulado pela Lei 8.666 de 21/06/93, com suas alterações posteriores.

1.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na lei supramencionada e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.

1.3 - Este contrato é lavrado com dispensa de licitação, a teor do artigo 24, inciso II, da Lei 8666/93, **Processo nº 003/2020, Dispensa nº 003/2020.**

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de Coleta, Transporte e Tratamento Térmico mediante autoclavagem, incineração e destinação final de resíduos Classes “A”, “B” e “E”, sendo até 150 Kg (cento e cinquenta quilos) mensais.

2.2 - Coletas quinzenais, no abrigo do contratante, conforme Resolução CONAMA 358/2005, resolução RDC/ANVISA 306/2004 e demais leis e normas técnicas pertinentes.

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Carvalhos
ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACONDICIONAMENTO

3.1 – As atividades de coleta e transporte serão feitas em veículos licenciados e preparados, de acordo com o Decreto nº 96.044/88, Resolução ANTT 420/04 e NBR 12810.

3.2 – O tratamento e destinação final serão feitos conforme Resolução CONAMA 358/05 e Resolução ANVISA 306/2004, e normas da ABNT, em especial quanto à separação e identificação de resíduos Classes “A” (patogênicos), “B” (químicos) e “E” (perfurocortantes), incluindo total inertização e descaracterização de resíduos e atendendo a toda legislação ambiental e normas técnicas aplicáveis.

3.3 – Os resíduos deverão estar acondicionados de forma a não permitir riscos à segurança dos trabalhadores e ao meio ambiente durante o transporte.

3.4 – Materiais perfurocortantes deverão estar acondicionados em coletores apropriados, rígidos. Embalagens utilizadas na operação de transporte não serão devolvidas, sendo também consideradas resíduos e dispostas como tal.

3.5 – Resíduos líquidos devem ser acondicionados em embalagens estanques e íntegras, sem indícios de vazamento. Caso os recipientes estejam danificados ou em condições não apropriadas para o transporte, segundo as normas técnicas e legislações aplicadas, os mesmos não serão coletados.

3.6 – Toda a documentação referente às remessas de resíduos, incluindo emissão de Certificados de Destinação Final e cópias de licenças ambientais da AGIT e de unidades receptoras, será fornecida pela CONTRATADA.

3.7 – A **CONTRATADA** também poderá prestar auxílio ao Município por meio de palestras para conscientização e capacitação de funcionários quanto ao correto gerenciamento dos resíduos de saúde gerados, incluindo as etapas de coleta, segregação, armazenamento, além de informações sobre as tecnologias utilizadas para destinação final de resíduos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES

4.1 – O preço para coleta, transporte e destinação dos resíduos descritos na Cláusula Primeira deste instrumento é de R\$660,00 (seiscentos e sessenta reais) fixos, para até 150 kg (cento e cinquenta quilos) mensais de resíduos coletados. Caso ultrapasse esta quantidade no mês, o excedente deverá ser reservado para ser coletado na coleta imediatamente posterior; se coletado pela **CONTRATADA**, esta não fará jus a qualquer valor por quilo adicional.

4.2 – O valor total e global deste instrumento é de R\$7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais) pelo período 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

4.3 – Poderá a **CONTRATADA** fornecer recipientes como bombonas e baldes, em regime de comodato, sem custo para o **CONTRATANTE**, por meio de instrumento próprio.

4.4 – O pagamento será mensal, no dia 15 do mês subsequente à prestação de serviços, mediante apresentação de nota fiscal, por meio de boleto bancário, após vistoria.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1 – Este contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 061
S. 061

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

3.3.90.39.00.2.06.02.10.301.004.2.0053 – Desenvolvimento das Ações da Atenção Básica Saúde

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA E RESPONSABILIDADE

6.1 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresse consentimento formal da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a CONTRATADA a única responsável pelo objeto contratado, respondendo esta, consequentemente, civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E GARANTIA

7.1 – A empresa contratada ficará responsável pelos serviços prestados, obrigando-se, às suas despesas, às reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

8.1 – Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, especialmente as seguintes:

I – a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

II – aplicação de multa punitiva nos seguintes percentuais:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, no caso da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato;

b) Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso no início ou na entrega dos serviços superiores a 15 (quinze) dias, ou se os mesmos forem entregues em condições diversas das pactuadas;

c) 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, no caso da CONTRATADA prestar serviços sem as devidas exigências técnicas legais.

8.2 – O recolhimento das multas referidas deverá ser efetivado, através de guia própria, ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data em que for formalmente aplicada a multa, ou poderão ser descontadas de eventuais pagamentos a serem realizados pela CONTRATANTE em razão da própria prestação de serviços, a critério desta.

8.3 – As penalidades de advertência e multa, incluída a de mora, são aplicadas de ofício, ou à vista de proposta pela fiscalização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – A rescisão deste contrato administrativo, reconhecidos os direitos da CONTRATANTE, conforme art. 77, da Lei 8.666/93, poderá ser efetivada, caso ocorra algum dos motivos mencionados no art. 78 da mesma lei, regendo-se pelo art. 79 da legislação acima referida, bem como o descumprimento, devidamente comprovado, total e/ou parcialmente, de qualquer das obrigações estabelecidas neste instrumento e em outras normas que regem a Administração Pública.

9.2 – Além das hipóteses previstas no referido art. 78, constituem causas para rescisão contratual:



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 062
M. do T. M.
S. M. J.

- a) Paralisação total ou parcial dos serviços por fatos de responsabilidade da **CONTRATADA**, por prazo superior a 10 (dez) dias ininterruptos, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;
- b) Inobservância técnicas do objeto contratual;
- c) Emprego de material e/ou prestação de serviços em desacordo com as especificações técnicas legais;
- d) Se a **CONTRATADA** se conduzir dolosamente ou não cumprir as determinações exigidas na legislação vigente.

9.3 – Além das hipóteses anteriores, poderá a **CONTRATANTE** rescindir o presente contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução ou insolvência da **CONTRATADA**.

9.4 – Em casos excepcionais, configurados como de força maior, a critério do **CONTRATANTE**, o atraso na entrega dos serviços não ensejará a rescisão contratual, bem como as penalidades estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS


10 – Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos em suas cláusulas.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11 - As partes elegem o Foro da Comarca de Aiuruoca para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E, assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Carvalhos, 02 de janeiro de 2020.


Antônio de Pádua de Carvalho Moura
Prefeito Municipal


AGIT Soluções Ambientais Ltda.
CNPJ 08.774.904/0001-86

Testemunhas:


Visto Assessoria Jurídica
Adriano José Senador
OAB/MG 54.948


CPF: 053430946-19


CPF: 028.061.626-02